

ACTA N.º 26/2010

REUNIÃO ORDINÁRIA DE 21.DEZEMBRO.2010

----- Aos vinte e um dias do mês de Dezembro de dois mil e dez, nesta vila de Arouca e Edifício dos Paços do Concelho, reuniu ordinariamente a Câmara Municipal de Arouca, sob a Presidência do seu Presidente, senhor José Artur Tavares Neves, e com a presença dos Vereadores senhores Isabel Maria Soares Brandão de Vasconcelos, Albino Soares de Oliveira, Margarida Maria de Sousa Correia Belém, António Henrique Fernandes Cruz, Manuel Artur de Almeida Miler e Susana Andrea Oliveira e Silva. -----

----- Pelas 14.30 horas o senhor Presidente declarou aberta a reunião. -----

----- I — PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA:-----

----- A Vereadora senhor Margarida Belém pediu que fique registado um voto de congratulação pelo prémio de melhor unidade hoteleira nacional em turismo sénior, recentemente atribuído ao Hotel S. Pedro pelo INATEL, voto a que se associaram todos os membros do executivo. -----

----- O Vereador senhor Artur Miler pediu a palavra para: -----

----- 1. Chamar a atenção para a existência de vários veículos abandonados em vias públicas do concelho, parecendo-lhe que a Câmara deverá encetar as medidas necessárias para que esses veículos sejam removidos do espaço público;-----

----- 2. Referindo-se à conferência de imprensa dada ontem pelo senhor Presidente, dizer que denotou um tom duro com tudo e com todos menos consigo próprio, e que se o senhor Presidente se sente enganado pelos políticos de Lisboa, os arouquenses devem sentir-se enganados pelo Presidente da Câmara, até porque foi este quem tomou nas suas mãos todo o processo da conclusão da variante, do qual não deixaria de retirar em exclusivo todos os louros se ele fosse concluído com êxito; disse ainda que em sua opinião foram usados termos que não deveriam ser utilizados publicamente;-----

----- 3. Alertar para a necessidade de se proceder ao arranjo da rotunda do Boco; -----

----- À primeira questão a Vereadora senhora Isabel Vasconcelos respondeu que está a ser estudada a celebração de um protocolo com uma entidade gestora de veículos em fim de vida tendo em vista a solução desse problema. -----

----- Às restantes questões o senhor Presidente respondeu que: -----

----- 1. O Presidente da Câmara não pode ser acusado de ingenuidade por acreditar no Ministro e no Secretário de Estado das Obras Públicas e no Primeiro-Ministro, que publicamente garantiu a realização da obra; que durante as negociações para a aprovação do Orçamento Geral do Estado, o PSD impôs ao Governo a reavaliação das parcerias público/privadas, na sequência do que se gorou a solução que estava a ser estudada para a conclusão da via estruturante; que se sente indignado com a posição dos políticos do país, do

21.12.2010

Governo e da Oposição, porque falam aos arouquenses de uma forma e decidem de outra completamente diferente nos gabinetes de Lisboa; e que não se sente minimamente responsável pela forma como se comportam os políticos nacionais perante os arouquenses.-----

-----2. Já existe uma solução para a referida rotunda que oportunamente será implementada.-----

-----O Vereador senhor Eng.º Cruz pediu a palavra para: -----

-----1. Dizer que o problema da conclusão da variante se agravou com o acordo estabelecido entre o Governo e o PSD para a aprovação da OGE; que envidará todos os esforços pessoais para que a conclusão da estrada seja uma realidade, e que gostaria de ver todas as pessoas, independentemente da opção política de cada um, unidas em conjugação de esforços em torno desse objectivo. -----

-----2. Referir que, em consequência da derrocada de parte do muro que sustenta a estrada de acesso a Ponte de Telhe, o lugar está sem recolha de lixo, problema que urge solucionar, ao que o senhor Presidente respondeu que se vai tentar encontrar uma solução tão imediata quanto possível. -----

-----A Vereadora senhora Isabel Vasconcelos pediu a palavra para lamentar a falta de coesão local em torno do problema da conclusão da Variante. -----

-----II — PERÍODO DA ORDEM DO DIA:-----

-----01. ACTA: -----

-----Foi presente à consideração da Câmara a acta número 25/2010, referente à reunião de 7 de Dezembro corrente.-----

-----Achada conforme, a Câmara deliberou, decorrida votação nominal e por unanimidade, aprová-la. -

-----02. JUSTIFICAÇÃO DE FALTAS: -----

-----Foi presente a carta da Vereadora senhora Susana Silva a solicitar a justificação da sua falta à reunião de 16 de Novembro findo.-----

-----Aquando da apresentação deste assunto aquela senhora Vereadora informou o senhor Presidente que, por nele ter interesse, deve ser declarada impedida de participar na sua discussão e votação.---

-----Declarado o impedimento, a Câmara deliberou, decorrida votação nominal e por unanimidade, sem a presença daquele membro, considerar a falta justificada.-----

-----Foi ainda presente a carta da Vereadora senhora Margarida Belém a solicitar a justificação da sua falta à última reunião. -----

-----Aquando da apresentação deste assunto aquela senhora Vereadora informou o senhor Presidente que, por nele ter interesse, deve ser declarada impedida de participar na sua discussão e votação.---

-----Declarado o impedimento, a Câmara deliberou, decorrida votação nominal e por unanimidade, sem a presença daquele membro, considerar a falta justificada.-----

21.12.2010

----- **03. ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL/RESUMO DIÁRIO DA TESOUREARIA:** -----

----- Foi presente o Resumo Diário da Tesouraria número 239, do dia de ontem, que apresenta um saldo em disponibilidades no valor global de €2.151.336,59 (dois milhões cento e cinquenta e um mil trezentos e trinta e seis euros e cinquenta e nove cêntimos), correspondente a operações orçamentais e não orçamentais, nos valores de, respectivamente, €1.560.370,72 (um milhão quinhentos e sessenta mil trezentos e setenta euros e setenta e dois cêntimos) e €590.965,87 (quinhentos e noventa mil novecentos e sessenta e cinco euros e oitenta e sete cêntimos). -----

----- A Câmara tomou conhecimento. -----

----- **04. ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL/GRANDES OPÇÕES DO PLANO – 23.ª ALTERAÇÃO:** -----

----- Foi presente à consideração da Câmara a 23.ª alteração às Grandes Opções do Plano para o ano em curso, instruída com o mapa discriminativo dos projectos/acções a alterar, da qual resulta um reforço da dotação global definida no valor de €49.500,00 (quarenta e nove mil e quinhentos euros), documento que se dá aqui como reproduzido e a fazer parte integrante desta acta. -----

----- A Câmara deliberou, decorrida votação nominal e por unanimidade, aprovar o documento que antecede. -----

----- **05. ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL/ORÇAMENTO - 25.ª ALTERAÇÃO:** -----

----- Foi presente a 25.ª alteração ao Orçamento para o ano em curso, acompanhada dos mapas de discriminação respectivos, em que são reforçadas várias rubricas com o valor global de €166.900,00 (cento e sessenta e seis mil e novecentos euros), documento que se dá aqui como reproduzido e a fazer parte integrante desta acta. -----

----- A Câmara deliberou, decorrida votação nominal e por unanimidade, aprovar o documento que antecede. -----

----- **06. ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL/GRANDES OPÇÕES DO PLANO PARA 2011:** -----

----- Foi presente à consideração da Câmara a proposta definitiva das Grandes Opções do Plano para 2011, integrando o Plano Plurianual de Investimentos para o quadriénio de 2011/2015, elaborada nos termos do Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais (POCAL), aprovado pelo Decreto-Lei número 54-A/99, de 22 de Fevereiro, cujo valor da dotação das acções e dos projectos nela contemplados importa, no primeiro ano, em €22.917.000,00 (vinte e dois milhões novecentos e dezassete mil euros) sendo €17.802.000,00 (dezassete milhões oitocentos e dois mil euros) definida, e €5.115.000,00 (cinco milhões cento e quinze mil euros) a definir, documento que se dá aqui como reproduzido e a fazer parte integrante desta acta. -----

21.12.2010

-----A Câmara deliberou, decorrida votação nominal e por maioria, aprovar aquele documento e mandar submete-lo à consideração da Assembleia Municipal, votando contra os Vereadores senhores Artur Miler e Susana Silva, que justificaram o seu voto com a seguinte declaração:-----

-----“Nós, Manuel Artur Miller e Susana Silva, Vereadores eleitos pelo Partido Social Democrata, prevíamos um Orçamento de rigor depois dos anunciados cortes nas receitas provindas do Orçamento Geral do Estado para 2011, fruto dos PECs e respectivas medidas tendentes a minorar a crise do nosso país. Para além disso, era previsível uma diminuição das verbas transferidas pela Administração Central. -----

-----No entanto, feita a análise aos documentos financeiros, verificamos com grande espanto que a **Receita** prevista de “Transferências da Administração Central” sobe de €6.251.600 em 2010 para €8.896.900 neste Orçamento para 2011!-----

-----Este executivo garante uma diminuição de receita do Fundo de Equilíbrio Financeiro (FEF) de apenas cerca de €250.000 mas prevê um aumento considerável das verbas oriundas do Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional (FEDER), isto é, mais do dobro da verba do Orçamento anterior – de €2.876.600 em 2010 para €5.929.000 em 2011! -----

-----Verificamos também que, apesar de uma ligeira diminuição do total de receitas correntes, esta Câmara prevê um acréscimo substantivo nas receitas de capital (mais 16,6%)! Porém, constata-se que a maior parcela deste Capítulo Económico diz respeito à “venda de bens de investimento” (património municipal), particularmente no item “Outros”, contemplado com a verba de €2.574.00, que não sabemos quando, nem onde, nem como será conseguido. Provavelmente, para além de outras vendas que por aí virão, resultará da venda do terreno nas traseiras do Cinema e também da venda da herança do Reguengo, em Chave, a que nos opusemos votando contra essas propostas em reunião de Câmara e com argumentos que a grande maioria do povo de Arouca entendeu e com os quais concordou. -----

-----Ora, como facilmente se vê, estes números só poderiam ter um “final feliz” para o Orçamento de 2011 desta Câmara, ou seja, uma receita total de €25.707.000, superior em 7,2% à receita do ano que ora termina. E isto em tempo de crise!-----

-----Retiramos, com a maior clareza, uma conclusão óbvia da análise deste Capítulo da Receita: muito optimismo e muito irrealismo. -----

-----No que à **Despesa** diz respeito, merece especial atenção a análise às Grandes Opções do Plano para 2011. --- -----

-----É neste tipo de documento oficial, que nós podemos ver, traduzido em números, o verdadeiro investimento que os políticos fazem no concelho em geral e nas freguesias em particular. -----

21.12.2010

----- Registamos a aposta em dois grandes objectivos programáticos, tal como nas GOP de 2010 – a Educação (Ensino não superior e Serviços auxiliares de ensino), com 36,89% e os Serviços colectivos (em especial o Ordenamento do território), com 20,06%, absorvendo estes dois sectores 57% das verbas do município a serem gastos num vasto conjunto de obras financiadas pelo QREN, mas que têm de ter financiamento próprio da autarquia. -----

----- Constatamos que os Pólos Escolares do Burgo, Escariz, Fervedo e Chave vão ainda consumir um total de €3.183.000 (para além dos €4.343.457 já dispendidos) e que os Pólos Escolares de Rossas, Canelas, Arouca, Alvarenga e Santa Eulália têm financiamento definido para o próximo ano num total de apenas €2.080.000, ao passo que outros, como Moldes, Tropeço e Urrô, por exemplo, vêm adiados os seus Pólos Escolares para 2013 e 2014, se vierem a ser construídos.-----

----- Verificamos que há manutenção de múltiplas rubricas simbólicas quando, em Reunião de Câmara este executivo socialista, pela voz do seu Presidente, afirmou peremptoriamente que iria banir quase por completo as verbas simbólicas até à próxima eleição autárquica, mesmo até no ano eleitoral.-----

----- Mas, tal como o actual Governo da Nação, este executivo é pródigo em anunciar aos quatro ventos o que quer e não pode ou não devia fazer, ao passo que o que não faz e podia e devia fazer é camuflado e vilipendiado.-----

----- Detenhamo-nos em algumas áreas do programa de investimentos das GOP-2011.-----

----- HABITAÇÃO SOCIAL -----

----- A infra estruturação de terrenos aparece com uma verba de apenas €250.000 e estão atribuídos €5.000 para aquele famoso projecto iniciado em 2008, o muito publicitado “Arrendamento de quintas devolutas para arrendamento social” em que apenas se “arrendou” propaganda nos órgãos de comunicação social. -----

----- ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO -----

----- Destaque para uma extensa lista de “Arranjos urbanísticos de largos, centros e parques urbanos” de várias freguesias, como Tojal em Chave, centro de Canelas, parques urbanos central de Rossas e de Lázaro em S. Miguel do Mato, todos eles com verba simbólica de 100 euros e com verbas definidas o largo de Cabeçais em Fervedo, e os centros de Tropeço, Espiunca e Belece em S. Miguel do Mato. Constatamos de novo que freguesias como Moldes, Urrô e parte da freguesia de Santa Eulália nem sequer são contempladas com a dita verba de 100 euros que lhes permitiria, pelo menos, “ver a luz ao fundo do túnel”. -----

----- O PSD Arouca entende que só um investimento sério, e a sério, nos centros urbanos das freguesias promoverá a fixação de novos casais, evitando desse modo a deslocação da residência da população mais jovem para o centro da vila ou para outros concelhos, desertificando cada vez mais a demografia e a paisagem das freguesias mais interiores e periféricas. -----

21.12.2010

-----Constatamos um forte investimento no Projecto de Regeneração Urbana Polis XXI, com base num financiamento comunitário de 80%. No entanto, como os montantes envolvidos são consideráveis, a verba de 20% a disponibilizar pela Câmara passa a ser significativa para a sua capacidade financeira.-----

-----E encontramos no Polis destas GOP:-----

-----intervenções com uma despesa prevista de mais de meio milhão de euros que deveriam ser banidas por completo destas GOP e ver adiada essa intervenção profunda “sine die”, de que é exemplo flagrante a requalificação da Alameda D. Domingos de Pinho Brandão;

-----intervenções que, juntas, perfazem mais de 1 milhão de euros de despesa e que deveriam ser alvo de ponderação e revisão do tipo de intervenção a ser efectuada, evitando-se arranjos sem benefício evidente ou com gastos exagerados para a alteração a efectuar, de que são exemplos as previstas requalificações na Praça Brandão de Vasconcelos e na Avenida 25 de Abril.-----

-----Em devido tempo os vereadores do PSD alertaram para estes factos, apresentaram alternativas de projecto e, como não foi tida em conta nem sequer a mais pequena sugestão de alteração, votaram contra o referido Projecto Polis.-----

-----Já no que às restantes intervenções diz respeito, nomeadamente no que ao Mosteiro e espaços públicos que lhe são adjacentes, como o actual campo de Jogos dos Salesianos, o Terreiro de Santa Mafalda e outros, manifestamos a nossa total concordância com os projectos em curso.-----

-----AGRICULTURA E SILVICULTURA-----

-----Sector sempre desprezado e parente pobre de todas as GOP e de todos os Orçamentos municipais. -- -----

-----Com uma dotação total de 1,62% nestas GOP, a agricultura é contemplada com um único projecto – “Apoio à produção, transformação e comercialização de produtos agrícolas locais” – mas não é com €30.000 que se muda o cenário do concelho de Arouca. E muito menos ainda com uma transferência global de €275.000 para distribuir pelas 20 freguesias para a “Construção/beneficiação de caminhos públicos vicinais”, e nem com uma dotação de €10.000 para “Obras de beneficiação de caminhos agrícolas”, a serem gastos não se sabe onde nem por quem, que são a estrutura básica para o desenvolvimento e competitividade dos produtos locais.-----

-----Os incentivos à produção, promoção e valorização da Raça arouquesa e do Vinho verde, em Plano desde 2008, continuam por realizar, mantendo a verba de €5.000 cada, verbas essas que nem são simbólicas nem efectivas.-----

-----INDÚSTRIA -----

21.12.2010

----- Estamos convictos que o ano de 2011 ficará assinalado como aquele em que este executivo agarra um projecto do PSD-Arouca e insere-o em Plano nestas GOP com uma dotação de €50.000 e prevê dar-lhe continuidade em 2013, com mais €250.000 e em 2014 com mais €500.000. Trata-se do projecto “Infra-estruturas para outras instalações industriais” embora o executivo socialista não o reconheça, antes pelo contrário, até esconde essa intenção. Presumimos, no fundo, que se está a dar início ao Projecto inovador que o PSD-Arouca anteviu ser fundamental para um concelho como o nosso, e tinha em mente pô-lo em prática, ou seja, a empresarialização social de parte deste sector. Este é, sem dúvida alguma, outro dos vectores estratégicos para a promoção do emprego, para a fixação da população e para o desenvolvimento económico do concelho de Arouca. -----

----- Por outro lado, constatamos, em tempo de crise, um investimento programado de mais de 2 milhões de euros até 2013 num Parque de Negócios em Escariz quando sabemos quão difícil é a atracção de investimento na indústria, ainda por cima sem uma ligação condigna a uma das Auto-Estradas do litoral. -----

----- Lamentamos que a previsão de investimento na Indústria represente apenas 4,86% do financiamento das GOP para 2011 e praticamente à custa do Parque de Negócios supracitado. Além disso, mais lamentamos ainda que se preveja a continuidade deste magro financiamento até final do mandato deste executivo. ----

----- ENERGIA ELÉCTRICA -----

----- Também o PSD propugnava a poupança energética e o projecto de “Instalação de redutores de fluxo luminoso” vem ao encontro do nosso programa pelo que é de louvar a iniciativa.-----

----- Porém, é muito pouco. -----

----- TURISMO-----

----- Será o sector com as obras que este executivo mais ansiou e que já tem comparticipação de fundos comunitários assegurada. Com a gorda fatia de quase 12% de financiamento das GOP é o emblema desta Câmara, mesmo quando todos sabemos que os próximos anos serão, inevitavelmente, de contenção de despesas em todos os países da Europa e mais ainda no nosso país. Esperamos que esta opção não sofra o revés de ver acontecer-lhe o mesmo que á tão propalada Pousada do Mosteiro – o deserto turístico e a míngua dos arouquenses.-----

----- Em suma, esta política, consubstanciada neste orçamento e premonitória dos próximos Orçamentos deste executivo, visa preparar o município e os munícipes para uma nova série de inaugurações pré-eleitorais, manipuladoras da boa-fé do povo arouquense, mas em que a factura a ser paga no futuro jamais poderá ser corrigida sem prejuízo para as gerações vindouras. -----

21.12.2010

-----Aos Vereadores do PSD incumbe a tarefa de acautelar esses perigos e ser a voz consciente e responsável deste Órgão.-----

-----**Pelo exposto, os Vereadores do Partido Social Democrata de Arouca não podem ter outra atitude que não seja votar contra o Orçamento e as Grandes Opções do Plano para 2011 da Câmara Municipal de Arouca.**-----

-----Em sequência, o senhor Presidente apresentou a seguinte declaração:-----

-----“As observações do PSD às GOP propostas demonstram claro desconhecimento da forma de se elaborar um documento deste tipo.-----

-----Estranha-se o tempo perdido na elaboração da extensa e descontextualizada declaração de voto, quando, ao serem chamados a proporem contributos para o documento no âmbito do direito de oposição, não tenham tido um único minuto disponível para pensarem numa, pelo menos, pequena acção.-----

-----Ressaltam das observações feitas, erradas interpretações dos números e total incapacidade de interpretação da estratégia de desenvolvimento traçada e programada para o município, que assenta, como amplamente os arouquenses ratificaram e compreenderam, em fortes investimentos nos sectores da educação, no ordenamento do território, na consolidação do projecto turístico para o município e no apoio a obras sociais relevantes para a melhoria da qualidade de vida das famílias do concelho”.-----

-----**07. ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL/ORÇAMENTO PARA 2011:**-----

-----Foi também presente à consideração da Câmara a proposta definitiva de Orçamento para 2011, elaborada nos termos da norma atrás citada, cujo valor das receitas e das despesas orçadas importa em €25.763.000 (vinte e cinco milhões setecentos e sessenta e três mil euros), documento que se dá aqui como reproduzido e a fazer parte integrante desta acta.-----

-----A Câmara deliberou, decorrida votação nominal e por maioria, com os votos contra dos Vereadores Artur Miler e Susana Silva, aprovar o documento que antecede e mandar submete-lo à consideração da Assembleia Municipal.-----

-----**08. PESSOAL/MAPA DE PESSOAL PARA 2011:**-----

-----Foi presente à consideração da Câmara o mapa de pessoal elaborado de acordo com as regras previstas nos artigos 4.º e 5.º da Lei número 12-A/2008, de 27 de Fevereiro, documento que se dá aqui como reproduzido e a fazer parte integrante desta acta.-----

-----A Câmara deliberou, decorrida votação nominal e por maioria, com as abstenções dos Vereadores senhores Artur Miler e Susana Silva, aprovar aquele documento e mandar submete-lo à consideração da Assembleia Municipal.-----

-----**09. PESSOAL/ORGANIZAÇÃO DOS SERVIÇOS MUNICIPAIS:**-----

21.12.2010

----- Foi presente à consideração da Câmara a nova Orgânica dos Serviços do Município de Arouca, elaborada nos termos do Decreto-Lei número 305/2009, de 23 de Outubro, documento que se dá aqui como reproduzido e a fazer parte integrante desta acta.-----

----- A Câmara deliberou, decorrida votação nominal e por unanimidade: -----

----- Propor à Assembleia Municipal, de harmonia com o previsto no art.º 6.º daquele diploma, a aprovação da orgânica dos serviços da Câmara Municipal de Arouca nos precisos termos constantes do anexo A que instrui o documento;-----

----- Aprovar, no uso da competência que lhe é conferida pelo art.º 7.º do mesmo diploma, sob condição de aprovação da orgânica pela Assembleia Municipal, a criação de sete unidades orgânicas flexíveis (divisões) e definir as respectivas competências nos precisos termos constantes do anexo B do mesmo documento.-- -----

----- 10. PESSOAL/PROCEDIMENTO CONCURSAL PARA RECRUTAMENTO EXCEPCIONAL DE UM TRABALHADOR NA CARREIRA/CATEGORIA DE TÉCNICO SUPERIOR – HIGIENE E SEGURANÇA NO TRABALHO, EM REGIME DE CTI: -----

----- Foi presente à consideração da Câmara a proposta do senhor Presidente no sentido de que seja autorizada a abertura de procedimento concursal para recrutamento excepcional de um trabalhador na carreira/categoria de técnico superior – higiene e segurança no trabalho, em regime de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado (CTI), nos termos do art.º 10.º da Lei n.º 12-A/2010, de 30 de Junho, documento que se dá aqui como reproduzido e a fazer parte integrante desta acta. -----

----- A Câmara deliberou, decorrida votação nominal e por maioria, aprovar aquela proposta, abstendo-se os Vereadores senhores Artur Miler e Susana Silva, que justificaram o seu voto com a seguinte declaração:-- -----

----- “Abstemo-nos porque não somos Vereadores executivos e, por isso mesmo, não temos a percepção exacta das reais necessidades do município na manutenção ou eventual possibilidade de prescindir deste tipo de contratos”. -----

----- 11. ENSINO BÁSICO/CONSTRUÇÃO DO PÓLO ESCOLAR DO BURGO – PRORROGAÇÃO DE PRAZO E PLANO DE TRABALHOS: -----

----- Foi presente à consideração da Câmara uma informação da DOM a dar conta da necessidade de prorrogação do prazo para a conclusão dos trabalhos da empreitada em epígrafe, quer dos que resultam de erros e omissões quer de alguns do contrato inicial.-----

----- Face àquela informação, a Câmara deliberou, decorrida votação nominal e por unanimidade, conceder a prorrogação de um mês a título legal e de oito meses a título gracioso.-----

21.12.2010

-----12. ENSINO BÁSICO/JUNTA DE FREGUESIA DE ESCARIZ – CEDÊNCIA DE ESCOLA:-----

-----Foi presente a carta registada sob o número 8.018, em 25 de Novembro findo, da Junta de Freguesia de Escariz, a solicitar a cedência do edifício da EB1 do Cruzeiro, naquela freguesia, “para fins culturais e desportivos”. -----

-----A Câmara deliberou, decorrida votação nominal e por unanimidade, ceder aquela escola para os fins pretendidos, em regime de comodato, pelo prazo de dois anos, renovável automaticamente por iguais períodos, e nas demais condições que venham a ser estabelecidas no respectivo contrato. -----

-----13. ENSINO BÁSICO/JUNTA DE FREGUESIA DE CANELAS – CEDÊNCIA DE ESCOLA: -----

-----Foi presente o ofício registado sob o número 7.615, em 8 de Novembro findo, da Junta de Freguesia de Canelas, a solicitar a cedência da escola primária de Mealha que servirá para “dar catequese às crianças de Mealha e Gamarão” e “servir de apoio à Junta para reuniões e tratar de assuntos de interesse para a população daqueles lugares”. -----

-----A Câmara deliberou, decorrida votação nominal e por unanimidade, ceder aquela escola para os fins pretendidos, em regime de comodato, pelo prazo de dois anos, renovável automaticamente por iguais períodos, e nas demais condições que venham a ser estabelecidas no respectivo contrato. -----

-----O Vereador senhor Artur Miler apresentou a seguinte declaração de voto, à qual se associou o Vereador senhor António Cruz:-----

-----“Relativamente aos pontos 12 e 13, mantenho o meu sentido de voto favorável, mas sou de opinião que se deve definir uma estratégia global para este património ou, se se optar pela cedência casuística, devemos auscultar todas as associações, IPSS, etc., das freguesias que possam estar interessadas nos espaços”. -----

-----14. ENSINO BÁSICO/PÓLO ESCOLAR DE AROUCA – PROJECTO DE EXECUÇÃO – FASE 2 E 3:-----

-----Foi presente à consideração da Câmara o projecto de execução para a construção do pólo escolar de Arouca. -----

-----A Câmara deliberou, decorrida votação nominal e por unanimidade, aprovar aquele projecto. -----

-----15. CULTURA/FÁBRICA DA IGREJA PAROQUIAL DA FREGUESIA DE SANTO ESTEVÃO DE MOLDES – ESCOLA DE MÚSICA – APOIO:-----

-----Foi presente a carta registada sob o número 8.447, em 13 de Dezembro corrente, da Fábrica da Igreja Paroquial da Freguesia de Santo Estevão de Moldes, a solicitar o apoio da Câmara para as actividades levadas a cabo no âmbito das comemorações dos 25 anos da sua escola de música. -----

21.12.2010

----- A Câmara deliberou, decorrida votação nominal e por unanimidade, adquirir cinquenta exemplares do CD comemorativo da efeméride, editado pela associação, até ao valor de €350,00 (trezentos e cinquenta euros).-----

----- 16. ACÇÃO SOCIAL/JUNTA DE FREGUESIA DE TROPEÇO – OBRAS NO EDIFÍCIO PARA CENTRO DE DIA – COMPARTICIPAÇÃO:-----

----- Foi presente o ofício registado sob o número 7.718, em 10 de Novembro findo, da Junta de Freguesia de Tropeço, a solicitar a comparticipação da Câmara nos encargos com as obras no edifício para centro de dia.-----

----- A Câmara deliberou, decorrida votação nominal e por unanimidade, comparticipar com €5.000,00 (cinco mil euros).-----

----- 17. HABITAÇÃO/SOLARH - PROGRAMA DE SOLIDARIEDADE E APOIO À RECUPERAÇÃO DA HABITAÇÃO – CANDIDATURA:-----

----- Foi presente à consideração da Câmara uma candidatura ao SOLARH – Programa de Solidariedade e Apoio à Recuperação de Habitação – de Olinda Tavares Brandão, para os fins previstos no n.º 3, art.º 6.º, do Decreto-Lei número 39/2001, de 9 de Fevereiro.-----

----- A Câmara deliberou, decorrida votação nominal e por unanimidade, considerar aquela candidatura elegível e aprovar o relatório técnico e o orçamento respectivo.-----

----- 18. RESÍDUOS SÓLIDOS/REGULAMENTO MUNICIPAL DE RESÍDUOS URBANOS E LIMPEZA URBANA DO MUNICÍPIO DE AROUCA:-----

----- Na sequência da deliberação tomada na reunião de 2 de Novembro último, foi presente à consideração da Câmara a proposta final de Regulamento Municipal de Resíduos Urbanos e Limpeza Urbana do Município de Arouca, documento que se dá aqui como reproduzido e a fazer parte integrante desta acta.-----

----- A Câmara deliberou, decorrida votação nominal e por unanimidade, aprovar aquele regulamento e mandar submete-lo à consideração da Assembleia Municipal.-----

----- 19. RESÍDUOS SÓLIDOS/TARIFÁRIO DO SERVIÇO DE GESTÃO DE RESÍDUOS DO MUNICÍPIO DE AROUCA:-----

----- Foi presente à consideração da Câmara a proposta do tarifário do Serviço de Gestão de Resíduos do Município de Arouca, documento que se dá aqui como reproduzido e a fazer parte integrante desta acta.-----

----- A Câmara deliberou, decorrida votação nominal e por maioria, com as abstenções dos Vereadores senhores Artur Miler e Susana Silva, aprovar o documento que antecede.-----

----- 20. CEMITÉRIOS/JUNTA DE FREGUESIA DE MOLDES – CAPELA MORTUÁRIA – COMPARTICIPAÇÃO:-----

21.12.2010

-----Foi presente o ofício registado sob o número 6.303, em 13 de Setembro findo, da Junta de Freguesia de Moldes, a solicitar a comparticipação da Câmara nos encargos com a construção da capela mortuária.-----

-----A Câmara deliberou, decorrida votação nominal e por unanimidade, conceder a comparticipação de €7.000,00 (sete mil euros).-----

-----21. ÁGUA/REGULAMENTO DO SERVIÇO DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA AO CONCELHO DE AROUCA – ALTERAÇÃO:-----

-----Na sequência da deliberação tomada na reunião de 19 de Outubro findo, foi novamente presente à consideração da Câmara a proposta de alteração do Regulamento do Serviço de Abastecimento de Água ao Concelho de Arouca, documento que se dá aqui como reproduzido e a fazer parte integrante desta acta.-----

-----A Câmara deliberou, decorrida votação nominal e por unanimidade, aprovar aquela proposta e mandar submete-la à consideração da Assembleia Municipal.-----

-----22. DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL/ZONA INDUSTRIAL DE ALVARENGA – PRAZOS – RESOLUÇÃO DE CONTRATOS:-----

-----Foi presente à consideração da Câmara uma informação detalhada do Gabinete Via Verde a dar conta da situação detalhada em que se encontra cada um dos lotes que constitui a Zona Industrial de Alvarenga, acompanhada da informação dos serviços jurídicos em que se conclui que os adquirentes dos lotes 2, 3 e 5 não cumpriram com as obrigações assumidas aquando da sua aquisição, pelo que a Câmara poderá proceder à resolução dos contratos de compra e venda, nos termos do art.º 7.º do respectivo regulamento de venda.-----

-----Face àquelas informações, a Câmara deliberou, decorrida votação nominal e por unanimidade, proceder à resolução dos contratos de compra e venda respectivos.-----

-----23. TURISMO/CENTRO DE INFORMAÇÃO TURÍSTICA DE AROUCA – ESTUDO PRÉVIO:-----

-----Foi presente à consideração da Câmara o estudo prévio do projecto do Centro de Informação Turística de Arouca.-----

-----A Câmara deliberou, decorrida votação nominal e por unanimidade, aprovar aquele estudo prévio nos termos da informação da Divisão de Planeamento.-----

-----24. TURISMO/CONSTRUÇÃO DO PARQUE DAS PEDRAS PARIDEIRAS – ERROS E OMISSÕES:-----

-----Foi presente à consideração da Câmara uma informação da DOM a dar conta que, no âmbito do concurso público para adjudicação da empreitada em epígrafe, foram apresentadas listas de erros e omissões do caderno de encargos do procedimento, propondo a sua aprovação.-----

21.12.2010

----- Face àquela informação, a Câmara deliberou, decorrida votação nominal e por unanimidade, aprovar os erros e omissões nela referidos.-----

----- 25. LICENCIAMENTO DE OBRAS/MARIA DE FÁTIMA CASTRO FERNANDES E OUTROS, (VILA, MANSORES):-----

----- Foi presente o processo de obras número 1.267/79, de Maria de Fátima Castro Fernandes e outros, residente em Castelo, Mansores, acompanhado do requerimento registado sob o número 992/DGU, em 14 de Junho findo, a solicitar o licenciamento com vista à legalização das alterações e ampliação efectuada ao edifício que possui no lugar de Vila, daquela freguesia.-----

----- Face à informação da DGU, a Câmara deliberou, decorrida votação nominal e por unanimidade, indeferir o pedido, nos termos das alínea a) e c), n.º 1, art.º 24.º, do Decreto-Lei número 555/99, de 16 de Dezembro, com a redacção dada pelo Decreto-Lei número 177/01, de 4 de Junho, e pela Lei 60/2007, de 4 de Setembro, já que e pretensão contraria:-----

----- o disposto na alínea a), n.º 4, art.º 26.º, do regulamento do PDM, pelo facto do anexo possuir índice de utilização e área de construção líquidos superiores ao máximo admissível; -----

----- o disposto no n.º 2, art.º 17.º, do referido regulamento, pelo facto do edifício possuir mais de dois pisos acima do solo; -----

----- o disposto na alínea c), n.º 1, art.º 8.º, do Decreto-Lei número 13/71, de 23 de Janeiro, pelo facto do anexo a legalizar estar implantado na zona de servidão “*non aedificandi*” da estrada.-----

----- 26. LICENCIAMENTO DE OBRAS/ANTÓNIO AUGUSTO DE ALMEIDA, (PAÇOS, MOLDES):-----

----- Foi presente o processo de obras número 2/2010, de António Augusto de Almeida, Ld.ª, residente em Paços, Moldes, acompanhado do requerimento registado sob o número 13/DGU, em 4 de Janeiro findo, a solicitar o licenciamento com vista à construção de anexo a levar a efeito no referido lugar.-----

----- Face à informação da DGU, a Câmara deliberou, decorrida votação nominal e por unanimidade, indeferir o pedido, nos termos do disposto na alínea a), n.º 1, art.º 24.º, do Decreto-Lei número 555/99, de 16 de Dezembro, com a redacção dada pelo Decreto-Lei número 177/01, de 4 de Junho, e pela Lei 60/2007, de 4 de Setembro, uma vez que a pretensão contraria o disposto no n.º 5, art.º, 17.º, do regulamento do PDM, já que a soma da área de construção do anexo pretendido com a do anexo já existente no mesmo terreno daria área superior a 20% da área de construção líquida da edificação principal. -----

----- 27. LICENCIAMENTO DE OBRAS/TOMÉ CARDOSO DE PINHO, (PÓVOA, ALVARENGA):-----

----- Foi presente o processo de obras número 95/2010, de Tomé Cardoso de Pinho, residente em Póvoa, Alvarenga, acompanhado do requerimento registado sob o número 1.051/DGU, em 25 de Junho findo, a

21.12.2010

solicitar o licenciamento com vista a legalizar a alteração que efectuou na sua habitação, sita no referido lugar, e proceder a outra alteração. -----

-----Sobre o pedido a DGU informou, no essencial, que: -----

-----Nas cartas de ordenamento do PDM o terreno está incluído em solo rural, em Espaço Natural, e que na carta de condicionantes o terreno faz parte da Reserva Ecológica Nacional e da Rede Natura 2000; -----

-----O terreno insere-se fora da zona adjacente ao aglomerado, pelo que apenas é permitida a construção de edifícios para habitação promovida por entidades públicas e que se destinem a responder às próprias necessidades de exploração ou salvaguarda, no interesse público, dos recursos agro-florestais, nos termos do que é definido na alínea b), n.º 4, art.º 31.º, do regulamento do PDM; -----

-----A pretensão contraria o disposto na alínea b), n.º 1, art.º 20.º, do Decreto-Lei número 166/2008, de 22 de Agosto, pelo facto da intervenção proposta incidir sobre solo da REN, não estando o processo instruído com a autorização prevista na alínea iii), n.º 3, do mesmo artigo; -----

-----Face àquela informação, a Câmara deliberou, decorrida votação nominal e por unanimidade, indeferir o pedido, nos termos do disposto na alínea a), n.º 1, art.º 24.º do Decreto-Lei número 555/99, de 16 de Dezembro, com a redacção dada pelo Decreto-Lei número 177/01, de 4 de Junho, e pela Lei 60/2007, de 4 de Setembro. -----

-----**28. LICENCIAMENTO DE OBRAS/LUÍS CARLOS RIBEIRO SOUSA, (BARBEITO, CHAVE): -----**

-----Foi presente o processo de obras número 106/2010, de Luís Carlos Ribeiro Sousa, residente em Barbeito, Chave, acompanhado do requerimento registado sob o número 1.184/DGU, em 16 de Julho findo, a solicitar o licenciamento com vista a construir habitação e muros em terreno sito no referido lugar. -----

-----A Câmara deliberou, decorrida votação nominal e por unanimidade, deferir o pedido, nos termos da informação da DGU. -----

-----**29. LICENCIAMENTO DE OBRAS/NUNO DA SILVA DANIEL, (AMILO, SANTA EULÁLIA): -----**

-----Foi presente o processo número 32/2010, de Nuno da Silva Daniel, residente em Amilo, Santa Eulália, acompanhado do requerimento registado sob o número 1.085/DGU, em 30 de Junho findo, a solicitar informação prévia acerca da viabilidade de construir uma habitação a levar a efeito em parcela de terreno a destacar do prédio sito no referido lugar. -----

-----Sobre o pedido a DGU informou, no essencial, que: -----

-----O caminho público que serve o terreno não apresenta infra-estruturas eléctricas e telefónicas e não é servido por rede pública de drenagem de esgotos domésticos, não sendo propostas pelo requerente soluções individuais alternativas, o que contraria o disposto no n.º 1, art.º 18.º, do regulamento do PDM; -----

21.12.2010

----- A construção da habitação no local pretendido, iria constituir, comprovadamente, uma sobrecarga incomportável para as infra-estruturas ou serviços gerais existentes, nos termos da alínea b), n.º 23, art.º 24.º, do Decreto-Lei número 555/99, de 16 de Dezembro, com a redacção dada pelo Decreto-Lei número 177/01, de 4 de Junho, e pela Lei 60/2007, de 4 de Setembro. -----

----- Face àquela informação, a Câmara deliberou, decorrida votação nominal e por unanimidade, mandar informar desfavoravelmente. -----

----- **30. DIVERSOS/MANUEL PEREIRA PINTO E OUTROS – PRÉDIO EM RUÍNA:** -----

----- Foi presente o auto da vistoria realizada ao prédio sito no lugar e freguesia de Cabreiros, propriedade de Manuel Pereira Pinto e outros, para avaliar das suas condições de segurança. -----

----- Face às conclusões da comissão de vistorias, a Câmara deliberou, decorrida votação nominal e por unanimidade, nos termos do disposto na alínea c), n.º 5, art.º 64.º, da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, ordenar a realização das obras constantes do referido auto, nos termos e no prazo ali referidos. -----

----- **31. DIVERSOS/FLORACTIVE, LD.^a – INCENTIVOS FISCAIS:** -----

----- Foi presente a carta registada sob o número 8.396, em 10 de Dezembro corrente, de Floractive, Ld.^a, com sede na Rua D. Afonso Henriques, 57, nesta vila, a solicitar autorização do órgão deliberativo do Município a que se refere o número 5, art.º 43.º do Código do Estatuto dos Benefícios Fiscais, para que lhe seja isento o pagamento do Imposto Municipal sobre Transmissões Onerosas de Imóveis (IMT) que for devido pela aquisição dos prédios sitos na freguesia de Mansores, inscritos na matriz sob os artigos n.ºs 725, 728 e 724.-----

----- A Câmara tomou conhecimento e deliberou, decorrida votação nominal e por unanimidade, remeter o processo à Assembleia Municipal, órgão do Município a quem compete decidir sobre o pedido. -----

----- **III — OUTROS ASSUNTOS:** -----

----- **32. DIVERSOS/ATRIBUIÇÃO DE MENÇÃO HONORÍFICA:** -----

----- Pelo senhor Presidente foi presente a proposta, que se dá aqui como reproduzida e a fazer parte integrante desta acta, no sentido de da Câmara atribuir ao senhor Fernando Leonídio Mendes Teles a Medalha de Mérito Municipal – Grau ouro, assunto este não incluído na ordem do dia. -----

----- Ainda por proposta do senhor Presidente, a Câmara deliberou, decorrida votação nominal e por unanimidade, reconhecer a urgência na deliberação imediata do assunto, de modo a permitir o anúncio da atribuição da menção durante a inauguração da agência do banco BIC na freguesia de Alvarenga, que se realizará amanhã.-----

----- Discutido o assunto, a Câmara deliberou, decorrida votação por escrutínio secreto e por unanimidade, aprovar a proposta que antecede.-----

----- **APROVAÇÃO EM MINUTA:** -----

21.12.2010

-----Finalmente a Câmara deliberou, decorrida votação nominal e por unanimidade, aprovar a presente acta em minuta, nos termos e para os efeitos do consignado nos números 3 e 4, art.º 93.º, da Lei 169/99, de 18 de Setembro. -----

-----E nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião. -----

-----Eram 18 horas e 20 minutos.-----

-----Para constar e devidos efeitos se lavrou a presente acta, que, achada conforme, vai ser assinada pelo senhor Presidente e por mim, _____, Chefe da Divisão de Administração Geral e Finanças que a redigi. -----